PCDF 2015 – Direito Administrativo (Banca: Funiversa)

Questão 1

João, ex-servidor público estatutário, aposentou-se voluntariamente em 17/4/2010, sendo a aposentadoria devidamente homologada pelo tribunal de contas conforme acórdão publicado em 16/4/2015. Em 18/4/2015, a administração verificou que essa aposentadoria considerou tempo de serviço que, por meio de nova interpretação dada pela administração naquela mesma data (18/4/2015), por meio de parecer jurídico homologado pelo chefe do respectivo poder executivo, não poderia ser mais admitida.

Com base nessa situação hipotética e na legislação correlata, assinale a alternativa correta acerca dos atos administrativos.

(A) O parecer jurídico, na espécie, por ser ato administrativo dotado de autoexecutoriedade, é vinculante para a administração pública, sendo obrigatória a revogação do ato concessivo inicial da aposentadoria.

(B) Conforme a lei de regência, a nova interpretação conferida pela administração não pode retroagir, sob pena de violação do princípio da segurança jurídica.

(C) Nesse caso, a decadência do direito de anular esse ato administrativo, por eventual ilegalidade, terá como termo final 16/4/2015.

(D) O ato administrativo de concessão de aposentadoria, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é exemplo de ato composto.

(E) Na hipótese, em face da publicação do acórdão do tribunal de contas, torna-se impossível a reanálise da legalidade do mesmo ato administrativo pela administração pública ou pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

<u>Comentário</u>: Vamos analisar cada alternativa:

a) ERRADA. O parecer jurídico é um ato administrativo enunciativo, de caráter opinativo. Como não possuem conteúdo decisório, os pareceres não são dotados de imperatividade, pois não criam, por si sós, restrições e obrigações a terceiros. Também se pode dizer que não são dotados de autoexecutoriedade, atributo inerente aos atos administrativos praticados no exercício do poder de polícia. Ademais, o parecer jurídico em questão não era um parecer vinculante, pois inexiste lei que obriga o chefe do Executivo a homologar pareceres jurídicos emitidos na situação narrada.

b) CERTA. O art. 2º, parágrafo único, XIII da Lei 9.784/99, em homenagem ao princípio da segurança jurídica, veda a aplicação retroativa de nova interpretação de norma administrativa.

c) ERRADA. Na verdade, 16/4/2015, data da publicação do acórdão do Tribunal de Contas que promoveu o registro do ato de aposentadoria, é a data inicial (e não final) da contagem do prazo de decadência do direito de anular o referido ato.

d) ERRADA. O ato administrativo de concessão de aposentadoria é exemplo de ato complexo, e não de ato composto.

e) ERRADA. O registro do ato pelo Tribunal de Contas não impede a reanálise da legalidade do mesmo ato, seja pela Administração, seja pelo próprio Tribunal de Contas. A diferença é que, após o registro, tal reanálise só pode ser feita dentro do prazo decadencial de 5 anos. E, no caso de eventual reanálise promovida pela Administração, o novo ato resultante deverá ser novamente submetido ao registro do Tribunal de Contas.

Gabarito preliminar: alternativa "b"

Questão 2

Acerca da Lei n.º 8.112/1990 e da sua interpretação judicial, assinale a alternativa correta.

(A) De acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF), se um candidato tomar posse em cargo público, ancorado em uma medida liminar, transitando-se em julgado a sentença que reformou a liminar, a anulação do ato de nomeação não será mais possível devido à teoria do fato consumado.

(B) Uma pessoa com mais de setenta anos de idade não pode ser investida em cargo público efetivo ou em comissão.

(C) A remoção de servidor público federal, a pedido, por motivo de saúde de dependente, é ato administrativo vinculado, não sendo possível negar-lhe o pedido, por motivos de conveniência e oportunidade, caso estejam preenchidos todos os requisitos legais.

(D) A reintegração é a reinvestidura do servidor público, ainda que não estável, no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

(E) A licença para tratar de assuntos particulares admite uma única prorrogação.

PROVA

Comentários:

a) ERRADA. Segundo o entendimento do STF, o candidato nomeado em cargo público ao amparo de medida judicial liminar, de caráter precário, não pode se socorrer da teoria do fato consumado para lhe garantir a permanência no cargo na hipótese de revogação da medida. É o que foi decidido, por exemplo, no RE 608.482/RN, de 7/8/2014:

> *Ementa: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO REPROVADO QUE ASSUMIU O CARGO POR FORÇA DE LIMINAR. SUPERVENIENTE REVOGAÇÃO DA MEDIDA. RETORNO AO STATUS QUO ANTE. "TEORIA DO FATO CONSUMADO", DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA LEGÍTIMA E DA SEGURANÇA JURÍDICA. INAPLICABILIDADE. RECURSO PROVIDO. 1.* ***Não é compatível com o regime constitucional de acesso aos cargos públicos a manutenção no cargo, sob fundamento de fato consumado, de candidato não aprovado que nele tomou posse em decorrência de execução provisória de medida liminar ou outro provimento judicial de natureza precária, supervenientemente revogado ou modificado****. 2. Igualmente incabível, em casos tais, invocar o princípio da segurança jurídica ou o da proteção da confiança legítima. É que, por imposição do sistema normativo, a execução provisória das decisões judiciais, fundadas que são em títulos de natureza precária e revogável, se dá, invariavelmente, sob a inteira responsabilidade de quem a requer, sendo certo que a sua revogação acarreta efeito ex tunc, circunstâncias que evidenciam sua inaptidão para conferir segurança ou estabilidade à situação jurídica a que se refere. 3. Recurso extraordinário provido.*

b) ERRADA (cabe recurso). Existe entendimento, tanto na doutrina como na jurisprudência, de que é possível nomear pessoas com mais de 70 anos de idade para o exercício de cargo em comissão, daí – penso eu – veio o gabarito preliminar da banca. Porém, tal entendimento não é pacífico, tanto é que o Supremo Tribunal Federal, recentemente, reconheceu a repercussão geral da matéria (RE 786.540, de 18/9/2014), a fim de uniformizar a jurisprudência sobre o tema. No referido processo se discute justamente a aplicação da aposentadoria compulsória ao servidor público ocupante exclusivamente de cargo em comissão, assim como a possibilidade de o servidor efetivo aposentado compulsoriamente assumir cargos ou funções comissionadas. Portanto, só teremos a visão definitiva sobre o tema quando a Suprema Corte emitir seu posicionamento de mérito nesse processo. Por tal razão, não é possível fazer um julgamento objetivo do item em análise, fato que justifica a anulação da questão.

c) CERTA. Conforme o art. 36 da Lei 8.112/1990, a remoção de servidor público federal, a pedido, por motivo de saúde de dependente, é modalidade de remoção que se efetiva independentemente do interesse da Administração (ato vinculado), desde que atendidos os requisitos legais.

d) ERRADA. A reintegração só se aplica a servidores estáveis (Lei 8.112/1990, art. 28).

e) ERRADA. A Lei 8.112/1990 não impõe limites à prorrogação da licença para tratar de assuntos particulares. Tal limitação estava prevista no texto antigo

do art. 91 da referida lei, mas foi retirada a partir da nova redação dada pela MP 2.225-45/2001. Veja:

> ~~Art. 91. A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licença para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração, prorrogável uma única vez por período não superior a esse limite. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)~~
>
> Art. 91. A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

Portanto, atualmente, o servidor público federal pode tirar sucessivas licenças para tratar de interesses particulares, sem remuneração, desde que o prazo de cada uma não ultrapasse três anos (ou seja, terá que ser concedida nova licença a cada três anos) e desde que haja interesse da Administração (ato discricionário).

Gabarito preliminar: alternativa "c" *(cabe recurso)*

Questão 3

A respeito do processo administrativo disciplinar dos servidores públicos federais, assinale a alternativa correta.

(A) Conforme o STJ, para que haja aplicação dos prazos prescricionais do Código Penal (CP) nas infrações administrativas também descritas como crime, é desnecessária a prévia instauração de inquérito ou ação penal pelos mesmos fatos.

(B) Suponha-se que Pedro já fosse estável quando foi aprovado em novo concurso público e que tenha iniciado novo período de estágio probatório. Nesse caso, durante o período do estágio probatório, Pedro poderá figurar validamente, desde que atendidos outros requisitos legais, como membro de processo administrativo disciplinar.

(C) Suponha-se que João, servidor público, tenha participado de sindicância, emitindo juízo de valor sobre a necessidade de abertura de processo administrativo disciplinar. Nessa situação, conforme entendimento do STJ, João poderá integrar validamente a respectiva comissão de processo administrativo disciplinar.

(D) Conforme entendimento do STF, diante do caráter contributivo do regime próprio de previdência dos servidores públicos, é inconstitucional a penalidade de cassação de aposentadoria.

(E) A aplicação da sanção administrativa de demissão, por infração administrativa de revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo, impede nova investidura em cargo público pelo prazo de cinco anos.

PLICADA

Comentários:

a) ERRADA. Conforme o STJ, para que haja aplicação dos prazos prescricionais do Código Penal nas infrações administrativas também descritas como crime é necessária a prévia instauração de inquérito ou ação penal pelos mesmos fatos.

b) CERTO. Embora a redação do quesito não seja clara, dá para supor que, ao escrever "membro de processo administrativo disciplinar", a banca estava se referindo a "membro da comissão de processo administrativo disciplinar". Portanto, a meu ver, tal omissão da banca, embora lamentável, não prejudicou o julgamento do item. Quanto ao mérito da assertiva, temos que o requisito para compor a comissão de PAD é ser servidor estável, e a estabilidade, como se sabe, é no serviço público e não no cargo. Portanto, Pedro, sendo estável, poderia sim compor a comissão do PAD ao assumir o novo cargo.

c) ERRADA. No caso, João não poderia integrar a comissão do PAD, pois, segundo o entendimento do STJ, lhe faltaria a necessária imparcialidade. Tal foi a decisão da referida Corte Superior no MS 7758/DF (29/4/2015):

> *MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDORA PÚBLICA. SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. MEMBRO PARTICIPANTE DA SINDICÂNCIA E DA COMISSÃO DE INQUÉRITO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. EMISSÃO DE JUÍZO DE VALOR. INEXISTÊNCIA DE IMPARCIALIDADE. ANULAÇÃO. SEGURANÇA CONCEDIDA.*
>
> *1 - A Terceira Seção desta Corte já se manifestou no sentido de que **não se verifica imparcialidade se o servidor integrante de Comissão Disciplinar também participou da Sindicância, ali emitindo juízo de valor pela instauração do Processo Administrativo Disciplinar.***
>
> *2 - In casu, Paulo César Bastos Dias participou da comissão de sindicância, bem como foi integrante da Comissão de Inquérito no Processo Administrativo Disciplinar n. 23142002845/2000, que culminou na demissão da servidora.*
>
> *3 - O servidor sindicante que realiza as investigações e exara juízo preliminar acerca de possível responsabilidade administrativa e determina a instauração do PAD não pode aprovar o relatório final produzido pela Comissão de Inquérito. Segurança concedida a fim de reconhecer a nulidade do Processo Administrativo Disciplinar n. 23142002871/9 e, consequentemente, do ato demissório exarado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação (Portaria n. 792 do MEC, de 22.02.2001), devendo ser ratificada a liminar para a devida reintegração da servidora nos quadros do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia.*

d) ERRADA. Embora alguns doutrinadores defendam a tese da incompatibilidade da cassação de aposentadoria com o regime previdenciário dos servidores, de caráter contributivo, o STF ainda não acolheu tal entendimento. Veja-se, por exemplo, a decisão adotada no MS 23.299:

EMENTA: I. ***Cassação de aposentadoria pela prática, na atividade, de falta disciplinar punível com demissão (L. 8.112/90, art. 134): constitucionalidade, sendo irrelevante que não a preveja a Constituição e improcedente a alegação de ofensa do ato jurídico perfeito.*** *II. Presidente da República: competência para a demissão de servidor de autarquia federal ou a cassação de sua aposentadoria. III. Punição disciplinar: prescrição: a instauração do processo disciplinar interrompe o fluxo da prescrição, que volta a correr por inteiro se não decidido no prazo legal de 140 dias, a partir do termo final desse último. IV. Processo administrativo-disciplinar: congruência entre a indiciação e o fundamento da punição aplicada, que se verifica a partir dos fatos imputados e não de sua capitulação legal.*

e) ERRADA. Segundo a Lei 8.112/1990, a infração consistente em revelar segredo do qual se apropriou em razão do cargo leva à pena de demissão, mas *não* ao impedimento para investidura em novo cardo pelo prazo de 5 anos.

Gabarito preliminar: alternativa "b"

Questão 4

No que se refere à Lei n.º 4.878/1965, que trata do regime jurídico dos policiais civis da União, assinale a alternativa correta.

(A) É competência exclusiva do diretor-geral do departamento da polícia federal determinar a instauração de processo administrativo disciplinar contra policial federal.

(B) O conselho de polícia tem competência para aplicar todas as sanções administrativas previstas pela Lei n.º 4.878/1965.

(C) De acordo com o STF, as infrações disciplinares de deixar de pagar, de forma habitual, dívidas pessoais legítimas e contrair dívidas pessoais para além da capacidade de pagamento, previstas na Lei n.º 4.878/1965, não foram recepcionadas pela Constituição Federal de 1988 (CF) por não terem relação com as atribuições do cargo, mas sim com a vida privada do servidor policial.

(D) O servidor policial federal tem direito à prisão especial durante a tramitação do inquérito e da respectiva ação penal até o trânsito em julgado, quando então cumprirá pena em estabelecimento penal, em sela comum e juntamente com os demais presos.

(E) A Lei n.º 4.878/1965 prevê a suspensão preventiva do policial federal, por no máximo 120 dias, para que este não venha a influir na apuração da transgressão, mesmo nos casos de infrações previstas com penalidade de demissão.

Comentários:

a) ERRADA. Outras autoridades, além do Diretor-Geral, também podem instaurar o PAD, nos termos do art. 53 da Lei 4.878/1965:

> *Art. 53.* ***Ressalvada a iniciativa das autoridades que lhe são hierarquicamente superiores, compete ao Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública, ao Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal e aos Delegados Regionais nos Estados****, a instauração do processo disciplinar.*

b) ERRADA. Os Conselhos de Polícia só podem aplicar as penas de repreensão, suspensão até trinta dias e detenção disciplinar até vinte dias, nos termos do art. 58 e art. 60 da Lei 4.878/1965:

> *Art. 58. Os* ***Conselhos de Polícia****, levando em conta a repercussão do fato, ou suas circunstâncias, poderão, por convocação de seu Presidente, apreciar as transgressões disciplinares passíveis de punição com as penas de* ***repreensão****,* ***suspensão até trinta dias*** *e* ***detenção disciplinar até vinte dias****.*
>
> *(...)*
>
> *Art. 60. Após ouvir as razões do funcionário, o Conselho, pela maioria ou totalidade de seus membros, concluirá pela procedência ou não da transgressão,* ***deliberará sobre a penalidade a ser aplicada*** *e, finalmente, o Presidente proferirá a decisão final.*

c) CERTA. O Supremo Tribunal Federal firmou jurisprudência em torno da não recepção do art. 43 em seus incisos V, VI e XXXV da Lei 4.878/1965. Segundo o entendimento da Suprema Corte, a inadimplência em dívidas contraídas na vida privada do policial não constitui causa legítima para fundamentar a sua punição disciplinar, e não pode assim gerar processo administrativo ou sindicância (RE 458.555/CE).

d) ERRADA. Segundo o art. 40 da Lei 4.878/1965, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, o policial será encaminhado a estabelecimento penal, onde cumprirá a pena em dependência isolada dos demais presos, mas sujeito, como eles, ao mesmo sistema disciplinar e penitenciário:

> *Art. 40. Preso preventivamente, em flagrante ou em virtude de pronúncia, o funcionário policial, enquanto não perder a condição de funcionário, permanecerá em prisão especial, durante o curso da ação penal e até que a sentença transite em julgado.*
>
> *§ 1º O funcionário policial nas condições deste artigo ficará recolhido a sala especial da repartição em que sirva, sob a responsabilidade do seu dirigente, sendo-lhe defeso exercer qualquer atividade funcional, ou sair da repartição sem expressa autorização do Juízo a cuja disposição se encontre.*
>
> *§ 2º Publicado no Diário Oficial o decreto de demissão, será o ex-funcionário encaminhado, desde logo, a estabelecimento penal, onde permanecerá em sala especial, sem qualquer contato com os demais presos não sujeitos ao mesmo regime, e, uma vez condenado, cumprirá a pena que lhe tenha sido imposta, nas condições previstas no parágrafo seguinte.*
>
> *§ 3º* ***Transitada em julgado a sentença condenatória, será o funcionário encaminhado a estabelecimento penal, onde cumprirá a pena em dependência***

isolada dos demais presos não abrangidos por esse regime, mas sujeito, como eles, ao mesmo sistema disciplinar e penitenciário.

§ 4º Ainda que o funcionário seja condenado às penas acessórias dos itens I e II do Artigo 68 do Código Penal, cumprirá a pena em dependência isolada dos demais presos, na forma do parágrafo anterior.

e) ERRADA. O prazo da suspensão preventiva é de, no máximo, 90 dias, nos termos do art. 51 da Lei 4.878/1965:

*Art. 51. A **suspensão preventiva**, **que não excederá de noventa dias**, será ordenada pelo Diretor-Geral do Departamento Federal de Segurança Pública ou pelo Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, conforme o caso, desde que o afastamento do funcionário policial seja necessário, para que este não venha a influir na apuração da transgressão disciplinar.*

Parágrafo único. Nas faltas em que a pena aplicável seja a de demissão, o funcionário poderá ser afastado do exercício de seu cargo, em qualquer fase do processo disciplinar, até decisão final.

Gabarito preliminar: alternativa "c"

Questão 5

Com relação aos bens públicos, é correto afirmar que

(A) as terras devolutas pertencem, em regra, à União.
(B) os bens públicos são impenhoráveis, inalienáveis, imprescritíveis e indisponíveis.
(C) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens públicos de uso especial.
(D) a autorização de bem público para fins particulares se concretiza por meio de contrato administrativo após processo de licitação.
(E) o aforamento é uma forma de aquisição do domínio eminente do bem público por particular na qual há o pagamento de um laudêmio ou foro, sendo dispensada a licitação.

Comentários:

a) ERRADA. Em regra, as terras devolutas pertencem aos Estados-membros. Apenas em *situações específicas*, em que está presente o interesse nacional, as terras devolutas pertencem à União, como as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei.

b) ERRADA. Os bens públicos em geral são impenhoráveis e imprescritíveis. Já a inalienabilidade e a indisponibilidade é característica somente dos bens públicos afetados; os bens desafetados podem ser alienados, ou seja, são bens disponíveis, observadas as normas legais.

c) CERTA. De fato, as terras reservadas aos indígenas são exemplos de bens públicos de uso especial.

d) ERRADA. A autorização de uso é um ato administrativo unilateral e discricionário, pelo qual a Administração consente, a título precário, que o particular utilize bem público com exclusividade. *Não* há licitação prévia à autorização de uso de bem público.

e) ERRADA. Segundo a Lei 9.636/1998, o aforamento deve ser precedido de licitação:

> *Art. 12. Observadas as condições previstas no § 1o do art. 23 e resguardadas as situações previstas no inciso I do art. 5o do Decreto-Lei no 2.398, de 1987, os imóveis dominiais da União, situados em zonas sujeitas ao regime enfitêutico, poderão ser **aforados**, **mediante leilão ou concorrência pública**, respeitado, como preço mínimo, o valor de mercado do respectivo domínio útil, estabelecido em avaliação de precisão, realizada, especificamente para esse fim, pela SPU ou, sempre que necessário, pela Caixa Econômica Federal, com validade de seis meses a contar da data de sua publicação.*

Gabarito preliminar: alternativa "c"

Questão 6

No que diz respeito à intervenção do Estado na propriedade, assinale a alternativa correta.

(A) Suponha-se que Pedro seja proprietário de um bem tombado como patrimônio histórico e deseje vendê-lo. Nesse caso, o município terá direito de preferência na compra desse bem com relação ao estado ou ao Distrito Federal, e esses, por sua vez, com relação à União.

(B) Limitações administrativas são determinações de caráter geral que impõem aos particulares obrigações positivas, negativas ou permissivas para condicionar as propriedades ao atendimento da sua função social, mediante prévia e justa indenização, mesmo que não haja prejuízo.

(C) Servidão administrativa é o direito real do poder público de usar imóvel particular para permitir a execução de obras ou de serviços de interesse coletivo, sendo vedada indenização, mesmo se houver prejuízo, diante do seu caráter de interesse público.

(D) A requisição é o direito real da administração de utilizar bem móvel, mas não imóvel ou serviço, quando houver perigo público iminente, havendo indenização ulterior, se houver prejuízo.

(E) De acordo com a CF, a ocupação ou o uso temporário pode incidir sobre bens e serviços, em caso de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.

Comentários:

a) ERRADA. A ordem de preferência para aquisição de bem tombado é União, Estado e Município.

b) ERRADA. As limitações administrativas, em regra, não dão ensejo a indenização em favor dos proprietários.

c) ERRADA. Na servidão administrativa, não é vedada a indenização. Ela é devida sempre que o uso do bem pelo Poder Público causar algum prejuízo.

d) ERRADA. A requisição também pode ter como objeto bens imóveis e serviços.

e) CERTA, nos termos do art. 136 da CF:

> *Art. 136. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.*
>
> *§ 1º O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes:*
>
> *(...)*
>
> *II - **ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.***

Gabarito preliminar: alternativa "e"

Questão 7

Acerca dos poderes da administração pública, assinale a alternativa correta.

(A) No julgamento de revisão de processo administrativo em que foi aplicada sanção administrativa, o exercício do poder disciplinar é restringido pela Lei n.º 9.784/1999, pois não se admite o agravamento da sanção.

(B) A possibilidade de a administração aplicar multas pelo descumprimento total ou parcial dos contratos administrativos não decorre do seu poder disciplinar, visto que envolve terceiros, não integrantes da administração.

(C) As decisões do TCU submetem-se ao controle hierárquico do Congresso Nacional.

(D) Suponha-se que uma instrução normativa da Secretaria do Tesouro Nacional viole a lei. Nesse caso, não é possível a utilização de decreto legislativo, pelo Congresso Nacional, para suspender a norma regulamentar exorbitante do poder regulamentar, uma vez que esta norma não é um decreto editado pelo chefe do Poder Executivo.

(E) O poder de polícia pode ser remunerado por meio de taxa, tanto pelo seu efetivo exercício, quanto pela potencialidade colocada à disposição do contribuinte.

Comentários:

a) CERTA. Segundo o parágrafo único do art. 65 da Lei 9.784/1999, *da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção*. Com isso, pode-se dizer que há restrição ao exercício do poder disciplinar, pois, caso apareçam fatos novos que motivem sanção mais grave, a Administração não poderá aplicar a sanção correspondente.

b) ERRADA. A punição de terceiros pelo descumprimento de contratos administrativos decorre sim do poder disciplinar da Administração, ainda que inexista relação hierárquica entre as partes.

c) ERRADA. Não há relação de hierarquia entre o TCU e o Congresso Nacional; por conseguinte, não há que se falar em controle hierárquico.

d) ERRADA. O Congresso Nacional possui sim competência para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, conforme disciplina o art. 49, V da CF:

> *Art. 49. É da competência exclusiva do **Congresso Nacional**:*
>
> *V - **sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa**;*

e) ERRADA. A taxa de polícia deve sempre decorrer do efetivo exercício do poder de polícia, isto é, da realização de atividades ou diligências públicas no interesse do contribuinte. É o que está previsto no art. 145, II da CF:

> *Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:*
>
> *II - **taxas, em razão do exercício do poder de polícia** ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;*

Gabarito preliminar: alternativa "a"

Questão 8

Em relação à responsabilidade civil extracontratual do Estado, assinale a alternativa correta.

(A) Suponha-se que uma empresa contratada pela União para fazer uma obra pública tenha, por culpa exclusiva dela, causado dano a um particular. Nesse caso, a responsabilidade será da União e da referida empresa, solidariamente, pelo dano causado pela empresa.

(B) Conforme entendimento recente do STJ, o prazo prescricional do particular para ingressar com ação de indenização por danos causados pelo Estado é de três anos.

(C) A teoria da culpa do serviço ou da culpa da administração não se aplica no direito brasileiro, mesmo nos casos de omissão.

(D) Ação com fundamento na responsabilidade civil objetiva do Estado pode ser proposta tanto contra o Estado quanto contra o agente público que causou o dano.

(E) A CF prevê indenização em favor do condenado por erro judiciário.

Comentários:

a) ERRADA. Se o executor da obra pública for um particular contratado pela União (uma empreiteira, por exemplo), quem responderá civilmente pelo dano é esse particular, e não a União. Sua responsabilidade será do tipo subjetiva, ou seja, o executor contratado só responderá se tiver atuado com dolo ou culpa. É o que prevê o art. 70 da Lei 8.666/1993:

> *Art. 70. O **contratado** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua **culpa** ou **dolo** na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.*

Nessa hipótese, se for o caso, a União responderá de forma subsidiária (e não solidária). É dizer, sua responsabilidade só estará configurada se o executor não for capaz de promover a reparação dos danos que causou ao prejudicado. Caso o Poder Público, como dono da obra, venha a ressarcir aquele que sofreu o prejuízo, poderá propor ação regressiva contra o particular que era responsável pela execução dos serviços.

b) ERRADA. A ação de reparação contra a Administração se sujeita a prazo de prescrição de cinco anos.

c) ERRADA. A teoria da culpa administrativa ainda serve de subsídio para responsabilização do Estado no caso de omissão administrativa.

d) ERRADA (cabe recurso). A ação de reparação deve ser movida contra a Administração (pessoa jurídica), e não contra o agente que causou o dano. Este é o posicionamento do STF, manifestado em inúmeras decisões, dentre elas, no RE 344.133/PE:

> *Consoante dispõe o § 6º do artigo 37 da Carta Federal, respondem as **pessoas jurídicas** de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, **descabendo concluir pela legitimação passiva concorrente do agente**, inconfundível e incompatível com a previsão constitucional de ressarcimento - direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.*

Em que pese a posição do STF, há importantes autores na doutrina que defendem a possibilidade de se mover ação de reparação diretamente contra o agente público. Tal é a posição, por exemplo, de Carvalho Filho, para quem *"o fato de ser atribuída responsabilidade objetiva à pessoa jurídica não significa a exclusão do direito de agir diretamente contra aquele que causou o dano"*. Já o autor Celso Antônio Bandeira de Mello registra que a vítima pode propor ação de indenização contra o agente, contra o Estado ou contra ambos, como responsáveis solidários, no caso de dolo ou culpa.

Portanto, percebe-se que há divergência de entendimentos entre a jurisprudência e a doutrina. Como o enunciado da questão não especificou qual fonte considerar (jurisprudência ou doutrina), não é possível realizar um julgamento objetivo do item, razão pela qual pode-se requerer a sua anulação.

e) CERTA. Segundo o art. 5º, LXXV da CF, *"o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença"*.

Gabarito preliminar: alternativa "e" (cabe recurso)

Questão 9

Acerca dos serviços públicos, assinale a alternativa correta.

(A) Nos contratos de concessão, é vedada a subcontratação.

(B) Em que pese a CF prever a competência de cada ente federado, restou autorizada também a formação de consórcios públicos ou convênios de cooperação para gestão associada de serviços públicos.

(C) Diante do princípio da continuidade do serviço público, é proibida a interrupção do fornecimento de serviços públicos aos administrados.

(D) A descentralização do serviço público pode ser feita por meio de outorga ou por meio de delegação. Na delegação, transfere-se não apenas a execução, mas também a titularidade do serviço, razão pela qual deve ser feita por meio de lei.

(E) Todos os contratos de concessão devem ser precedidos de licitação, podendo o administrador escolher qualquer das modalidades de licitação previstas na Lei n.º 8.666/1993.

Comentários:

a) ERRADA. Os contratos de concessão e permissão de serviços públicos são celebrados *intuitu personae*, ou seja, incumbe à própria concessionária a execução do serviço público a ela concedido. Porém, a Lei 8.987/1995 prevê algumas hipóteses em que poderá haver a transferência de encargos da concessionária ou de seus sócios para terceiros, dentre elas a contratação com terceiros e a subconcessão, que podem ser consideradas hipóteses de subcontratação.

b) CERTA, nos termos do art. 241 da CF:

> *Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os **consórcios públicos** e os **convênios de cooperação** entre os entes federados, autorizando a **gestão associada de serviços públicos**, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.*

c) ERRADA. Como regra, em homenagem ao princípio da continuidade ou da permanência, os serviços públicos não devem sofrer interrupção, a fim de evitar que sua paralisação provoque, como às vezes ocorre, o colapso nas múltiplas atividades particulares (veja, por exemplo, o transtorno causado pela falta de energia, água ou sinal de celular). Entretanto, há exceções. Nos termos

do art. 6º, §3º da Lei 8.987/1995, não caracteriza descontinuidade do serviço a sua interrupção:

- **Em situação de emergência (ex: queda de raio na central elétrica); ou**
- **Após prévio aviso, quando:**
  - **motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações (ex: manutenção periódica e reparos preventivos); e,**
  - **por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.**

d) ERRADA. Na outorga (e não delegação) é que se transfere a titularidade do serviço, razão pela qual deve ser feita por lei.

e) ERRADA. De fato, todos os contratos de concessão devem ser precedidos de licitação. A Lei 8.987/1995 exige que a licitação prévia às concessões seja realizada *exclusivamente* na modalidade concorrência.

Gabarito preliminar: alternativa "b"

Questão 10

No que diz respeito à organização da administração pública e das entidades paraestatais, assinale a alternativa correta.

(A) A CF assegura aos serviços sociais autônomos autonomia administrativa, não estando sujeitos ao controle do tribunal de contas.

(B) Diante do recebimento de dinheiro público, os serviços sociais autônomos estão submetidos às regras de concurso público para contratação de seus funcionários, os quais serão regidos pela consolidação das leis trabalhistas (CLT).

(C) As organizações sociais qualificadas no âmbito da União podem ser contratadas com dispensa de licitação para execução de contrato de gestão firmado com a União.

(D) Suponha-se que João seja responsável pela fiscalização de contrato de gestão firmado com certa organização social. Nesse caso, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade na utilização de recursos públicos pela fiscalizada, João deverá dar ciência do fato ao TCU, sob pena de multa, mas não de responsabilidade solidária.

(E) Uma instituição religiosa, desde que seja sem fins lucrativos e que tenha por objeto social as atividades descritas na referida lei, pode ser qualificada como organização da sociedade civil de interesse público.

Comentários:

a) ERRADA. Os serviços sociais autônomos estão sim sujeitos ao controle do Tribunal de Contas.

b) ERRADA. Segundo o entendimento do STF, os serviços sociais autônomos *não* estão obrigados a realizar concurso público para contratar pessoal.

c) CERTA. Quando a Administração Pública contrata serviços a serem prestados pelas organizações sociais, a licitação é dispensável, desde que aquele serviço esteja previsto no contrato de gestão celebrado pela organização social (Lei 8.666/1993, art. 24, inciso XXIV):

> *Art. 24. É **dispensável** a licitação:*
>
> *XXIV - para a **celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais**, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.*

d) ERRADA. Segundo o art. 9º da Lei 9.637/1998, os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

e) ERRADA. A Lei 9.790/1999 enumera um rol de entidades que *não* poderão ser qualificadas como Oscip, dentre as quais se encontram as instituições religiosas.

Gabarito preliminar: alternativa "c"

Questão 11

Em relação à organização administrativa, é correto afirmar que

(A) a aplicação do regime jurídico próprio das empresas privadas às estatais (sociedade de economia mista e empresas públicas) que exploram atividade econômica não afasta a observância dos princípios da administração pública.

(B) a remuneração dos dirigentes das empresas públicas e das sociedades de economia mista será fixada em lei.

(C) a criação, por lei, de uma autarquia é exemplo de desconcentração do serviço público.

(D) se aplica às empresas estatais que exploram atividade econômica o prazo prescricional previsto no Decreto n.º 20.910/1932.

(E) é inconstitucional norma que isente os Correios, empresa pública federal, do pagamento de impostos, pois, como ele explora atividade econômica, deve ter as mesmas regras impostas aos concorrentes.

Comentários:

a) CERTA. Toda a Administração Pública, direta e indireta, está sujeita aos princípios administrativos.

b) ERRADA. O art. 37, X da CF, que obriga a fixação da remuneração dos servidores públicos por lei específica, não se aplica aos empregados públicos.

c) ERRADA. A criação de autarquias é exemplo de descentralização, e não de desconcentração.

d) ERRADA. A prescrição quinquenal das dívidas, direitos e obrigações contra a Fazenda Pública, prevista no Decreto 20.910/1932, foi expressamente estendida apenas às autarquias. Significa que aquele que tiver crédito contra autarquia deverá promover a cobrança no prazo de cinco anos, sob pena de prescrição do seu direito de ação. Quanto às demais entidades, incluindo as empresas estatais, valem os prazos prescricionais do Código Civil, em regra de 10 anos.

e) ERRADA. Na AI 690.242/SP, o STF reconheceu aos Correios a imunidade tributária recíproca, pelo fato de ser uma empresa pública prestadora de serviço público.

Gabarito preliminar: alternativa "a"

Questão 12

No que se refere ao controle da administração pública e à improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

(A) Conforme entendimento do STF, as comissões parlamentares de inquérito podem, desde que fundamentadamente, quebrar o sigilo fiscal, telefônico e bancário, mesmo na hipótese de haver investigação judicial em curso, sobre os mesmos fatos e pessoas, com decretação de segredo de justiça.

(B) O STF é competente para julgar ação popular proposta pelo presidente da República.

(C) Conforme preceito constitucional, as empresas públicas e as sociedades de economia mista não estão submetidas às regras da Lei n.º 8.666/1993, mas apenas aos princípios constitucionais da administração pública, o que significa que os atos praticados nas licitações e nos contratos por essas empresas estatais não estarão sujeitos à impugnação via mandado de segurança, mas por meio de ação própria.

(D) Suponha-se que um contrato administrativo de concessão de serviço público tenha sido firmado, e prorrogado, sem licitação. Nesse caso, o termo inicial do prazo prescricional para apurar eventual ato de improbidade administrativa será a data do ato ilegal e não o término de vigência do referido contrato.

(E) O TCU não tem competência para sustar ou anular, por meio de decisão própria, contratos administrativos que foram firmados com violação à CF ou à lei.

Comentários:

a) ERRADA. Se existir investigação judicial em curso, com decretação de segredo de justiça, a CPI não pode decretar a quebra do sigilo. Eis o entendimento do STF:

> *"CPI. **Interceptação telefônica. Sigilo judicial. Segredo de justiça. Quebra. Impossibilidade jurídica.** Requisição de cópias das ordens judiciais e dos mandados. Liminar concedida. Admissibilidade de submissão da liminar ao Plenário, pelo relator, para referendo. Precedentes (MS 24.832-MC, MS 26.307-MS e MS 26.900-MC). Voto vencido. Pode o relator de mandado de segurança submeter ao Plenário, para efeito de referendo, a liminar que haja deferido. CPI. Prova. Interceptação telefônica. Decisão judicial. Sigilo judicial. Segredo de justiça. Quebra. Requisição, às operadoras, de cópias das ordens judiciais e dos mandados de interceptação. Inadmissibilidade. Poder que não tem caráter instrutório ou de investigação. Competência exclusiva do juízo que ordenou o sigilo. Aparência de ofensa a direito líquido e certo. Liminar concedida e referendada. Voto vencido. Inteligência dos arts. 5º, X e LX, e 58, § 3º, da CF; art. 325 do CP; e art. 10, c/c art. 1º da Lei federal 9.296/1996. **CPI não tem poder jurídico de, mediante requisição, a operadoras de telefonia, de cópias de decisão nem de mandado judicial de interceptação telefônica, quebrar sigilo imposto a processo sujeito a segredo de justiça. Este é oponível a CPI, representando expressiva limitação aos seus poderes constitucionais.**" (MS 27.483-MC-REF, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 14-8-2008, Plenário, DJE de 10-10-2008.)*

b) ERRADA. De acordo com o artigo 5º da Lei 4.717/65, que regula a ação popular, a competência para julgamento da ação popular é determinada pela origem do ato lesivo a ser anulado, via de regra, do juízo competente de primeira instância, *não* havendo foro privilegiado.

c) ERRADA. As empresas públicas e as sociedades de economia mista estão sim submetidas à Lei 8.666/1993.

d) ERRADA. As ações destinadas à aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade prescrevem em cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

e) CERTA (cabe recurso). A Constituição prevê que, ao identificar ilegalidade em contrato em execução, o TCU deve assinar prazo para que o órgão ou entidade adote providências necessárias ao exato cumprimento da lei (CF, art. 71, IX). Caso não atendido, o TCU comunicará o fato ao Congresso Nacional, a quem compete adotar o ato de sustação e solicitar, de imediato, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis (CF, art. 71, §2º c/c Lei 8.443/92, art. 45, §2º). E se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivarem as medidas previstas, o Tribunal decidirá a respeito (CF, art. 71, §2º). Diz a Lei 8.443/92, art. 45, §3º, que o TCU decidirá a respeito "da sustação do contrato". Ora, ao permitir ao TCU decidir a respeito da sustação do contrato, tanto a CF como a Lei 8.443/92 estão dizendo que o TCU poderá, ele próprio, determinar a sustação do contrato. Frise-se que tal competência do TCU é apenas residual, adotada na hipótese de omissão do Congresso e do Poder Executivo no prazo de noventa dias. Mas ela existe, de modo que o item erra ao afirmar que o TCU não tem competência para sustar, por meio de decisão própria, contratos administrativos que foram firmados com violação à CF ou à lei.

Portanto, pode-se requerer a alteração do gabarito do item e a consequente anulação da questão, por não ter alternativa correta.

Gabarito preliminar: alternativa "e" (cabe recurso)

Questão 13

Com base na Lei n.º 9.784/1999, que trata do processo administrativo no âmbito da União, assinale a alternativa correta.

(A) O princípio da vedação da *reformatio in pejus* não se aplica ao recurso administrativo previsto na Lei n.º 9.784/1999.

(B) Diante do princípio do dispositivo e da imparcialidade, o ônus da prova incumbe a quem alega, sendo permitido à administração juntar, de ofício, aos autos do processo documentos indicados pelo interessado.

(C) Diante do princípio da asserção, o processo administrativo somente pode ser iniciado pela parte interessada, não podendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas, sob pena de infração disciplinar.

(D) São legitimados como interessados no processo administrativo as pessoas jurídicas ou associações, legalmente constituídas há pelo menos um ano, na defesa de interesses difusos.

(E) Suponha-se que a lei determine que certa autoridade tem competência para regulamentar uma norma legal com caráter normativo. Nesse caso, essa competência poderá ser delegada.

Comentários:

a) CERTA. O efeito devolutivo dos recursos administrativos é bastante amplo. Segundo o art. 64 da Lei 9.784/1999, o órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, desde que se trate de matéria da sua competência. É possível, inclusive, que a autoridade superior reforme a decisão em prejuízo do recorrente, ou seja, agravando a sua situação inicial (a denominada *reformatio in pejus*).

b) ERRADA. De fato, no processo administrativo, o ônus da prova é do interessado, isto é, cabe a ele provar os fatos que alega, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para a instrução de realiza-la de ofício ou mediante impulsão (art. 36). O erro é que o princípio que permite à Administração trazer provas aos autos de ofício é o princípio da verdade material.

c) ERRADA. Conforme o art. 6º, parágrafo único da Lei 9.784/99, no caso de eventuais falhas no pedido, a Administração *deve* orientar o interessado quanto à correção dessas, sendo vedada a recusa imotivada de recebimento de documentos. A recusa imotivada de documentos representaria uma afronta ao direito de petição, constitucionalmente estabelecido.

d) ERRADA. Segundo o art. 9º da Lei 9.784/99, as pessoas ou as associações legalmente constituídas são legitimadas no processo

administrativo, quanto a direitos ou interesses difusos, não havendo na lei ressalva quanto ao tempo de constituição da entidade.

e) ERRADA. De acordo com o art. 13 da Lei 9.784/99, a competência para editar atos de caráter normativo não pode ser delegada.

Gabarito preliminar: alternativa "a"

Questão 14

A respeito do regime diferenciado de contratações públicas, é correto afirmar que

(A) não é possível a contratação de duas ou mais empresas para executar o mesmo serviço, sob pena de caracterizar fracionamento da obra, com perda da economia de escala.

(B) é vedado contratar, no mesmo instrumento administrativo, a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e outras operações necessárias para a entrega final do objeto.

(C) a administração pública poderá negociar com os demais licitantes, definido o resultado da fase de julgamento, condições mais vantajosas, mesmo que a proposta vencedora esteja abaixo do orçamento estimado.

(D) o contratado que retardar a execução ou a entrega do objeto contratado sem motivo justificado será impedido de licitar e contratar com a União, os estados, o Distrito Federal ou os municípios pelo prazo de cinco anos.

(E) somente será chamado para a fase de habilitação o licitante vencedor, não sendo possível realizar essa fase antes da apresentação das propostas.

ICADA

<u>Comentários</u>:

a) ERRADA. Uma característica do RDC é a possibilidade de contratações simultâneas. Nesse sentido, a Administração poderá, mediante justificativa expressa, contratar mais de uma empresa ou instituição para executar o mesmo serviço, desde que não implique perda de economia de escala, quando: (i) o objeto da contratação puder ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contratado; ou (ii) a múltipla execução for conveniente para atender à Administração Pública (Lei 12.462/2011, art. 11).

b) ERRADA. Uma importante distinção em relação às regras da Lei 8.666 é a previsão, no RDC, do regime de contratação integrada para obras e serviços de engenharia. O que caracteriza o regime de contratação integrada é o fato de que

o contratado, além de executar as obras, também elabora o projeto executivo e o projeto básico (Lei 12.462/2011, art. 9º, §1º).

c) ERRADA. Segundo o parágrafo único do art. 26 da Lei 12.462/2011, *"a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer acima do orçamento estimado"*.

d) CERTA, nos termos do art. 47 da Lei 12.462/2011:

> *Art. 47. **Ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das demais cominações legais, o licitante que:*
>
> *I - convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, inclusive nas hipóteses previstas no parágrafo único do art. 40 e no art. 41 desta Lei;*
>
> *II - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;*
>
> *III - **ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;***
>
> *IV - não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;*
>
> *V - fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;*
>
> *VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou*
>
> *VII - der causa à inexecução total ou parcial do contrato.*

e) ERRADA. No RDC, *em regra*, a habilitação ocorre depois do julgamento, conferindo à licitação maior celeridade e dinamismo. Porém, se houver previsão expressa no instrumento convocatório, a habilitação poderá anteceder o julgamento e a apresentação das propostas ou lances.

Gabarito preliminar: alternativa "d"

Questão 15

Acerca dos contratos e convênios administrativos, assinale a alternativa correta.

(A) A demonstração do exercício da plena competência tributária, que se constitui no cumprimento da obrigação de instituir, prever e arrecadar os impostos de competência constitucional do ente federativo a que se vincula o convenente, não é exigência para celebração de convênios com base na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU n.º 507/2011.

(B) De acordo com a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU n.º 507/2011, é vedada a transferência voluntária para os estados, o Distrito Federal e os municípios cujas ações sejam desenvolvidas por intermédio de consórcios públicos.

(C) É vedada, nos convênios e contratos de repasse firmados com entidades privadas sem fins lucrativos, a remuneração de pessoal próprio da entidade.

(D) Nos termos do Decreto n.º 6.170/2007, os convênios ou contratos de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos deverão ser assinados pelo ministro de Estado ou pelo dirigente máximo da entidade da administração pública federal concedente, podendo esse poder ser delegado a outras autoridades.

(E) Os recursos recebidos por força de convênio com a União serão mantidos em conta bancária específica, somente sendo permitidos saques para pagamento de despesas constantes do programa de trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Instrução Normativa n.º 1/1997 da Secretaria do Tesouro Nacional.

Comentários:

a) ERRADA. A demonstração do exercício da Plena Competência Tributária, que se constitui no cumprimento da obrigação de instituir, prever e arrecadar os impostos de competência constitucional do Ente Federativo a que se vincula o convenente, nos termos do art. 38, I da Portaria MPOG/MF/CGU 507/2011.

b) ERRADA. Segundo o art. 13 da Portaria MPOG/MF/CGU 507/2011, os órgãos e entidades da Administração Pública Federal darão preferência às transferências voluntárias para Estados, Distrito Federal e Municípios cujas ações sejam desenvolvidas por intermédio de consórcios públicos,

c) ERRADA. Conforme o art. 11-B do Decreto 6.170/2007, nos convênios e contratos de repasse firmados com entidades privadas sem fins lucrativos, *é*

permitida **a remuneração da equipe dimensionada no programa de trabalho, inclusive de pessoal próprio da entidade, podendo contemplar despesas com pagamentos de tributos, FGTS, férias e décimo terceiro salário proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais, desde que atendidas determinadas condições.**

d) ERRADA. Segundo o art. 6º-A, §1º do Decreto 6.170/2007, o Ministro de Estado e o dirigente máximo da entidade da administração pública federal não poderão delegar a competência para assinar convênios ou contratos de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos.

e) CERTA, em perfeita consonância com o art. 20 da IN STN 1/1997.

Gabarito preliminar: alternativa "e"

****

Erick Alves – Estratégia Concursos